



**Centro Universitário de Brasília**  
**Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**PAULA MONTE SERRAT CASTELO BRANCO**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL  
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília  
2016

**PAULA MONTE SERRAT CASTELO BRANCO**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL  
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão Pública.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Siegrid Guillaumon Dechandt

Brasília  
2016

**PAULA MONTE SERRAT CASTELO BRANCO**

**PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL  
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-graduação *Lato Sensu* MBA em  
Gestão Pública.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Siegrid  
Guillaumon Dechandt

Brasília, 16 de setembro de 2016.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ida Cláudia Pessoa Brasil

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Cristina da Silva Cruz

**Dedico este trabalho ao meu filho, Theo Monte Serrat  
Castelo Branco, minha motivação para enfrentar  
desafios e para todas as demais coisas boas da vida.**

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Siegrid Guillaumon, por me direcionar e me motivar a ser perseverante durante a elaboração do presente trabalho.

Ao meu marido, Victor Carvalho Castelo Branco, por suas dicas e seu otimismo em momentos cruciais.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Gestão Pública, que com tamanha competência souberam estimular seus alunos a buscar e desenvolver o conhecimento.

Aos meus pais, Paulo e Olga, pela presença constante em minha vida.

*Não vamos transformar nossos hábitos da noite para o dia. A missão é enorme. É transformar e deixar para trás paradigmas, não só paradigmas ambientais, mas paradigmas da coisa pública.*

Ministro Herman Benjamin

## RESUMO

Este trabalho aborda a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Pretendeu-se investigar de que maneira a implantação do Plano de Logística Sustentável no STJ favoreceu o atendimento dos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário. Por meio dessa pesquisa, buscou-se contextualizar o Plano de Logística Sustentável no conjunto de ações sustentáveis empreendidas no Superior Tribunal de Justiça, analisar os indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS, além de verificar a execução das ações que visam ao atingimento das metas do PLS no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. Os métodos de pesquisa escolhidos foram pesquisa bibliográfica – quanto a assuntos correlatos ao tema do trabalho, como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – e pesquisa documental de leis, atos normativos e notícias veiculadas por meio eletrônico. Essa pesquisa evidenciou a vanguarda do Superior Tribunal de Justiça quando se trata de sustentabilidade no poder público.

**Palavras-chave:** Plano de Logística Sustentável; Superior Tribunal de Justiça; Critérios de Sustentabilidade.

## RESUMEN

Este trabajo aborda La implantación del Plan de Logística Sustentable (PLS) en la Corte Superior de Justicia (STJ). Se pretendió investigar de qué manera la implantación del Plan de Logística Sustentable en el STJ favoreció la atención de los requisitos del mejoramiento de la calidad del gasto público y de la construcción de un nuevo modelo de cultura institucional teniendo como objetivo la inserción de criterios de sustentabilidad en las actividades del Poder Judicial. Por medio de esa investigación, se buscó contextualizar el Plan de Logística Sustentable en el conjunto de acciones sustentables emprendidas en la Corte Superior de Justicia, analizar los indicadores para la evaluación del desempeño ambiental y económico del PLS, además de verificar la ejecución de las acciones que tienen por objeto alcanzar las metas del PLS en el ámbito de la Corte Superior de Justicia. Los métodos de investigación escogidos fueron investigación bibliográfica – en cuanto a asuntos correspondientes al tema del trabajo, como desarrollo sustentable y sustentabilidad – e investigación documental de leyes, hechos normativos y noticias a través del medio electrónico. Esta investigación demostró la vanguardia de la Corte Superior de Justicia cuando se trata de la sustentabilidad en el gobierno.

**Palabras-claves:** Plan de Logística Sustentable; Corte Superior de Justicia; Criterios de Sustentabilidad.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGS – Assessoria de Gestão Socioambiental

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

CDS/UnB – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

PES – Projeto Esplanada Sustentável

PLS – Plano de Logística Sustentável

PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente

PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRSA – Programa de Responsabilidade Socioambiental

STJ – Superior Tribunal de Justiça

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE</b>	11
1.1 O Meio Ambiente na Agenda Política	12
1.2 Leis e Normas Sustentáveis	14
<b>2 METODOLOGIA CIENTÍFICA</b>	20
<b>3 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL</b>	22
3.1 No Poder Judiciário	23
3.2 No Superior Tribunal de Justiça	25
3.2.1 Ações sustentáveis empreendidas no Superior Tribunal de Justiça	26
3.2.2 Indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável	28
3.2.3 Estudo de caso: o 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”	32
<b>CONCLUSÃO</b>	34
<b>REFERÊNCIAS</b>	36

## INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais identificadas nas últimas décadas trouxeram à tona a preocupação como o meio em que vivemos. Com o passar do tempo, as questões ambientais foram progressivamente mais estudadas, debatidas e divulgadas até tornarem-se associadas ao desenvolvimento econômico – fato que elevou sua relevância no contexto político mundial. Disso decorreu a normatização de conceitos e princípios ambientais que vincularam, num primeiro momento, as ações de empresas e da sociedade e, posteriormente, do próprio poder público – reconhecido como contratante, consumidor de insumos e produtor de resíduos.

O presente trabalho visa analisar a implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O que se pretende verificar é se o PLS-STJ atinge o objetivo proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) quando do estabelecimento do plano. Pergunta-se: de que maneira a implantação do Plano de Logística Sustentável no STJ favorece o atendimento dos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário?

Os objetivos do presente estudo são: verificar como a implantação do Plano de Logística Sustentável no STJ atende aos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário; contextualizar o Plano de Logística Sustentável no conjunto de ações sustentáveis empreendidas no Superior Tribunal de Justiça; analisar os indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS; e verificar a execução das ações que visam ao atingimento das metas do PLS no âmbito do STJ.

Para tanto, pretende-se considerar os momentos que precederam a elaboração do Plano – como a execução do Programa de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), a adesão ao Projeto Esplanada Sustentável (PES) e a obtenção da premiação “Melhores Práticas de Sustentabilidade”, na categoria “Inovação da Gestão Pública”, no contexto da A3P – e avaliar as ações

implementadas com vistas ao alcance das metas e as ações de sensibilização das pessoas que trabalham e transitam no STJ.

A fim de analisar o contexto em que se insere o PLS-STJ atualmente, julgamos ser necessário nos apoiarmos na realização de um estudo de caso, tendo por objeto a obtenção do 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”, na categoria “Inovação da Gestão Pública”, em que o STJ logrou o primeiro lugar. Além disso, realizaremos a análise de normativos e processos administrativos que contenham os dados pertinentes à pesquisa, a fim de verificar a aplicação dos novos modelos de gestão sustentável no órgão objeto do estudo.

Espera-se demonstrar com este estudo a importância de ações planejadas e coordenadas, realizadas no âmbito do governo, com vistas às práticas de sustentabilidade e racionalização que promovem a eficiência do gasto público e melhor gestão dos processos de trabalho. O método de pesquisa utilizado compreende a análise documental de leis, atos normativos e notícias veiculadas no portal do STJ ou na intranet. Também inclui a pesquisa bibliográfica quanto a assuntos correlatos ao tema da pesquisa, como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

O presente trabalho foi estruturado em 3 capítulos, além dos capítulos de introdução e conclusão. No primeiro deles, apresentam-se os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, a inserção da temática ambiental no cenário político e as normas que decorreram da preocupação com as questões ambientais. O segundo capítulo trata da metodologia de pesquisa. E o terceiro capítulo aborda a implantação do Plano de Logística Sustentável no Poder Judiciário e no STJ, as ações que o precederam e os indicadores do plano, além apresentar, como estudo de caso, a obtenção do 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”.

## 1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE

Nesse capítulo, veremos que, a partir do momento em que as preocupações ambientais se aderiram às questões econômicas, a temática ambiental ganhou um novo contorno político e social. Inicialmente entendida como uma questão periférica de menor relevância, a ecologia passou a tangenciar outras áreas temáticas e, parcialmente, fundiu-se com algumas delas.

A temática ambiental percorreu um longo caminho até chegar ao patamar que ocupa hoje no âmbito político internacional. Por muito tempo, questões de segurança e economia monopolizaram o cenário político em todo o mundo. À medida que os impactos ambientais passaram a ser entendidos como externalidades<sup>1</sup>, o tema vinculou-se, gradualmente, ao conceito de desenvolvimento econômico.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e, posteriormente, de sustentabilidade surgiram nesse contexto. Para Tamaio (2007, p. 83-84):

O conceito de desenvolvimento sustentável é hegemônico, historicamente constituído e institucionalizado pelas forças de mercado, com ênfase no aspecto econômico e tecnológico. É direcionado e capitalizado no sentido de buscar a legitimidade de uma nova proposta de apropriação da natureza, dentro dos marcos da expansão do capitalismo. Por outro lado, a concepção de sustentabilidade permite vislumbrar a idéia de desenvolvimento por uma perspectiva contra-hegemônica, historicamente fundamentada no esforço da construção de uma nova sociedade emancipada. É uma idéia plural, com ênfase no aspecto social e político, e assim se relaciona com as possibilidades de mudanças do sistema hegemônico.

Como visto, a sustentabilidade possui uma perspectiva diferente da noção de desenvolvimento sustentável. Por não ser relacionado ao desenvolvimento econômico das nações, o termo sustentabilidade foi cunhado sob uma perspectiva social, mais voltado à sociedade e suas demandas que ao mercado.

---

<sup>1</sup> Externalidade – é o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não participam daquelas ações. Se o impacto sobre terceiro é adverso, é denominado externalidade negativa. Se é benéfico, é chamado externalidade positiva. Quando há externalidades, o interesse da sociedade em um resultado de mercado vai além do bem-estar dos compradores e dos vendedores que participam do mercado; passa a incluir também o bem-estar de terceiros que são indiretamente afetados. (MANKIW, 2014, p. 184).

## 1.1 O Meio Ambiente na Agenda Política

A partir dos anos 1980, pode-se observar um maior desenvolvimento dos estudos ambientais. Apesar do fato de que as preocupações com a recessão econômica – após os dois choques do petróleo ocorridos na década anterior – não permitiram um clima político e social favorável às questões ambientais, muitas publicações importantes foram produzidas nessa década. O que Nelissen et al. (1997, p. 257) chamaram de “environmental sector” (setor ambiental) alcançou estabilidade, uma vez que as políticas ambientais atingiram o mais alto grau de institucionalização até então. Em muitos países ocidentais, as questões ambientais passaram a figurar permanentemente na agenda política nacional. Apesar da crise econômica, o domínio da política ambiental se expandiu. Inicialmente, isso se deu pela introdução de um sistema de legislação ambiental em vários países ocidentais.

A regulamentação ambiental, como instrumento da política para o meio ambiente, tinha seu ponto fraco na possibilidade de *lobbying* e no poder de barganha de poluidores que usavam como argumento a acirrada competição internacional para enfraquecer as normas ambientais. Assim, muitos economistas ambientais propuseram a implementação de instrumentos econômicos, tais como incentivos para estimular o comportamento ambientalmente responsável e taxas que inibissem atividades danosas ao meio ambiente. Nesse contexto, surgiu a noção de responsabilidade ambiental no meio empresarial que contribuía para o fortalecimento de marcas junto aos consumidores preocupados com a natureza.

No ano de 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) publicou um documento importante intitulado “World Conservation Strategy – Living Resource Conservation for Sustainable Development”. Essa publicação introduziu o conceito de “desenvolvimento sustentável” que se tornou popular no final da década, após a divulgação do relatório Brundtland, e passou a constar no texto de quase todo programa governamental de política ambiental nos anos seguintes. O documento enfatiza a limitação de recursos naturais e estabelece uma conexão entre os recursos naturais, o número de pessoas que se utiliza deles e as técnicas de produção poluidoras. Foram feitos um levantamento apurado e uma análise dos problemas relativos a cada um desses

tópicos, além do desenvolvimento de políticas a serem implementadas nos níveis nacional e internacional, segundo Nelissen et al. (1997). O argumento do *World Conserveation Strategy* baseia-se na possibilidade das próximas gerações terem condição de vida confortável, sob o ponto de vista ambiental. Este argumento é o ponto central da definição de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório da Comissão Brundtland em 1987.

A famosa publicação “Our Common Future” (1987), que ficou conhecida também como Relatório Brundtland, tornou a relação entre desenvolvimento e meio ambiente objeto de interesse, estudo e ação. Esse relatório foi resultado da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, nesta ocasião, encabeçada pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. As Nações Unidas, pela primeira vez, estabeleceram uma relação sistemática entre os temas ambientais e os relativos ao desenvolvimento. O relatório tornou popular o conceito de desenvolvimento sustentável, segundo o qual, a humanidade deve buscar a satisfação de suas necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas, tendo em vista a limitação dos recursos naturais e a capacidade da biosfera de absorver os efeitos das atividades humanas.

“Nosso Futuro Comum” trouxe à tona o fato de que as questões ambientais não são questões isoladas, mas estão vinculadas à pobreza, ao suprimento de energia, alimentos, água etc. O Relatório não ofereceu um plano detalhado de ação, mas enfatizou a necessidade de cooperação ampla e multidirecional, envolvendo múltiplos atores com vontade política para vencer o desafio da sustentabilidade.

O governo, além de seus papéis como normalizador e como fiscalizador, também possui responsabilidades como “consumidor”. Segundo Machado (2002, p. 66):

Os governos têm papel estratégico no estabelecimento de novos referenciais e cabe a eles estabelecer as ‘regras do jogo’. Ou seja, fazer as leis, as normas, os padrões mais adequados etc. Enfim, estimular e normatizar inovações nas áreas sociais e tecnológicas em direção a uma condição mais ‘ambientalizada’. O governo tem a responsabilidade pela aplicação dos recursos públicos, o que lhe dá uma posição ora de grande consumidor, ora de grande empreendedor. Dependendo da forma como são aplicados esses recursos, podem resultar externalidades positivas ou negativas sobre o meio ambiente. Fica, assim, visível o nível de responsabilidade e comprometimento que o próprio governo tem para com o

desenvolvimento sustentável e para com a promoção da mudança dos atuais padrões de consumo e de produção de bens e de serviços.

Dentro dessa perspectiva, que compreende o governo como um grande consumidor de insumos – como papel, energia e água, por exemplo –, têm surgido normas que não apenas vinculam pessoas e empresas a regras ambientais, mas também criam regras e padrões de consumo e de economia para o próprio ente governamental. Isso faz parte da forma como as normas ambientais evoluíram desde a edição da primeira delas até os dias atuais, como poderemos ver na próxima seção.

## **1.2 Leis e Normas Sustentáveis**

Já na primeira metade do século XX, foi editado o primeiro Código Florestal brasileiro. Com foco ainda na preservação da mata virgem original, representou um primeiro passo para muitas regulamentações ambientais que se seguiram. O primeiro Código Florestal do país foi lançado em 1934 – Decreto 23.793 – e, entre outras medidas, obrigava os proprietários a preservar 25% da área de suas terras com a cobertura de mata original. O código foi atualizado em 1965, por intermédio da Lei nº 4.771, que previa que metade da propriedade rural da Amazônia deveria ser preservada. A partir de 1996, o Código Florestal passou a ser modificado por diversas Medidas Provisórias, até ser totalmente reformulado em 2012.

O Novo Código Florestal – lei 12.651, de 25 de maio de 2012 – estabelece limites de uso das áreas dos imóveis rurais para que se mantenha o equilíbrio entre as dimensões ambiental e econômica na exploração agropecuária. Ou seja, o Código Florestal institui as regras gerais sobre onde e de que forma o território brasileiro pode ser explorado ao determinar as áreas de vegetação nativa que devem ser preservadas e quais regiões são legalmente autorizadas a receber os diferentes tipos de produção rural. A lei refere-se à proteção e preservação de florestas, matas ciliares, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal.

Mais ampla que as várias edições do Código Florestal, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – instituída pela lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981 – estabeleceu como seu objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao



desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Essa lei introduziu uma série de princípios ambientais que foram, posteriormente, reproduzidos e ampliados por outros normativos no ordenamento jurídico brasileiro.

Os princípios ambientais representam valores comumente observados no contexto de elaboração de normas e de políticas públicas para o meio ambiente. Pode-se dizer que, em muitos casos, tais princípios constituem-se na razão de ser de determinadas políticas ambientais. Isso porque servem de inspiração para a normatização das relações do homem com o seu meio.

Os princípios e políticas ambientais possuem relação intrínseca entre si. A razão de se estabelecer a disposição ambientalmente adequada de dejetos como padrão a ser atingido não é outra senão a preocupação com a sustentabilidade ambiental. Da mesma forma, a Política Nacional de Meio Ambiente absorve o princípio do poluidor-pagador, ao estabelecer que deve haver indenização e reparação de danos ambientais por parte do poluidor.

Há, atualmente, uma grande diversidade de políticas e programas de governo que reproduzem os princípios do desenvolvimento sustentável e se propõem a reverter, ou pelo menos reduzir, a perda de recursos ambientais. Poderíamos citar, dentre outras, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), o Projeto Esplanada Sustentável – PES e o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, abordado no final do próximo capítulo.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei n. 12.305/2010, prevê que as cidades desenvolvam planos de gestão do lixo. Estima-se que mais da metade dos municípios brasileiros ainda dispõem seus resíduos de forma ambientalmente inadequada em lixões ou aterros controlados (lixões com cobertura precária).

A lei estabelece como padrão a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. O encerramento de lixões e aterros controlados compreende, no mínimo, ações de cercamento da área; drenagem pluvial; cobertura com solo e cobertura vegetal; sistema de vigilância; realocação das pessoas e edificações que se localizem dentro da área do lixão ou do aterro controlado. O remanejamento deve ser de forma participativa, utilizando como referência as políticas públicas para o setor.

A PNRS não trata expressamente em encerramento de lixões, mas esta é uma consequência da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos que deve estar refletida nas metas para a eliminação e recuperação destes lixões em seus respectivos planos de resíduos sólidos. Assim, as áreas de lixões devem ser desativadas, isoladas e recuperadas ambientalmente.

A preocupação com a destinação final dos rejeitos e com o impacto do lixo produzido pelo homem sobre o meio ambiente tem origem na questão levantada na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1987: não comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas necessidades.

Além disso, a PNRS consolidou o conceito de responsabilidade da Administração Pública como consumidora ao tratar da “responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (art. 3º, XVII). Também estabeleceu a realização de “ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos”.

A lei n. 6.938/1981 (PNMA), nos arts. 4º, VII, e 14, §1º, reconhece a obrigação do poluidor de reparar os danos causados ao meio ambiente. Isso decorre de outro princípio ambiental: o princípio do poluidor-pagador, pelo qual se pretende que a sociedade não tenha de arcar com os custos, financeiro e ambiental, da recuperação ao meio ambiente lesionado decorrentes da ação de um poluidor identificável, que auferiu lucro com a atividade econômica por ele exercida.

A relação entre a atividade lucrativa e os danos ambientais eventualmente decorrentes desta atividade foi estudada por Pigou (in Nelissen et al., 1997) já no início do século XX. Em seu livro *The Economics of Welfare*, de 1920, o economista identificou falhas de mercado relativamente a alguns assuntos, introduzindo o conceito de efeitos externos negativos. Este conceito permitiu a análise de problemas ambientais sob o ponto de vista econômico. Na abordagem Pigouviana, um efeito externo negativo, como a poluição resultante da atividade industrial, deve ser monetarizado pelas autoridades governamentais, a fim de instituir-se uma taxa que sirva como uma compensação para o “custo social” que este efeito representa.

Também com vistas a não comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas necessidades, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) – instituída pela lei n. 12.187 de 29 de dezembro de 2009 – tem por objetivos, dentre outros, a redução das emissões antrópicas de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, a implementação de medidas para promover a adaptação à mudança do clima e a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos ambientais.

Segundo o art. 3º da lei n. 12.187/2009, a PNMC e as ações dela decorrentes observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns. No inciso I do mesmo artigo, é dito que “todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático”.

Apesar de atribuir a todos o dever de atuar, a Política Nacional sobre Mudança do Clima estabelece, também, a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública sobre a execução de ações e medidas decorrentes da PNMC. Entre as diretrizes da Política, encontram-se “o estímulo e o apoio à manutenção e à promoção de padrões sustentáveis de produção e consumo”. Essa diretriz foi mais bem desenvolvida em outros normativos editados posteriormente.

A Instrução Normativa n. 01 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 19 de janeiro de 2010, instituiu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Inovadora, a I.N./MPOG n. 01/2010 trouxe para a Administração Pública Federal o dever de incluir critérios de sustentabilidade ambiental nas especificações dos editais de licitação e contratos, além de adotar outras práticas de sustentabilidade ambiental.

Segundo a norma, nas contratações de obras públicas, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaboradas visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. Nas aquisições de bens, os órgãos podem exigir que os bens sejam constituídos, no todo

ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, seguindo regras da ABNT. E nas contratações de serviços, os órgãos públicos contratantes devem exigir que as empresas prestadoras de serviços adotem medidas para evitar o desperdício de água tratada e realizem a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração, quando for o caso.

A inovação introduzida pela I.N./MPOG n. 01/2010 gerou novas obrigações aos órgãos públicos, que passaram a regulamentar suas próprias contratações sustentáveis, além de fomentar novas práticas por meio de programas e políticas de sustentabilidade aplicadas à gestão interna de cada órgão.

Seguindo a mesma temática, em 5 de junho de 2012, foi publicado o Decreto n. 7.746 com a finalidade de regulamentar o art. 3º da lei n. 8.666/1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal. Esse decreto esclarece que os critérios e práticas de sustentabilidade devem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório e que a adoção desses critérios deve ser justificada nos autos, além de preservar o caráter competitivo do certame.

Conforme o Decreto n. 7.746/2012, a administração pública federal deve elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), prevendo o estabelecimento de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços, responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano e ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Com o intuito de estabelecer regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o referido decreto, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou a Instrução Normativa n. 10 em 12 de novembro de 2012, segundo a qual:

I – logística sustentável é o processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

II – critérios de sustentabilidade são parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

III - práticas de sustentabilidade são ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

IV – práticas de racionalização são ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos.

Os temas abrangidos pelas práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços são: material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, coleta seletiva, qualidade de vida no ambiente de trabalho, compras e contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal. Para cada um desses temas, os resultados alcançados devem se avaliados pela comissão gestora do plano a cada semestre. Para tanto, a comissão deve lançar mão dos 32 indicadores mínimos propostos no anexo III da I.N./MPOG n. 10/2012. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLS deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores. Ressalte-se que as instituições públicas podem criar indicadores próprios, que se aplicam às suas respectivas realidades.

## 2 METODOLOGIA CIENTÍFICA

O presente capítulo destina-se a apresentar os procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa a partir dos objetivos propostos. Para melhor compreensão, retoma-se a questão levantada no início do trabalho: de que maneira a implantação do Plano de Logística Sustentável no STJ favorece o atendimento dos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades do Poder Judiciário?

Essa pesquisa tem enfoque na forma adotada pela administração da instituição para atender aos principais critérios de sustentabilidade estabelecidos na Resolução CNJ n. 201/2015. Como objetivo amplo, pretende-se verificar como a implantação do PLS no tribunal viabiliza a melhoria da qualidade do gasto público nessa instituição e a construção de um novo modelo de cultura institucional sustentável.

O referencial teórico que fundamenta essa investigação tem por base a abordagem histórica da evolução da temática ambiental no cenário político internacional, desenvolvida por Nelissen et al. (1997). Complementarmente, uma análise da evolução das normas ambientais brasileiras serviu para situar a valorização do meio ambiente no contexto político nacional.

Para o objetivo específico que diz respeito a contextualizar o Plano de Logística Sustentável no conjunto de ações sustentáveis empreendidas no Superior Tribunal de Justiça, serviram como fonte de informação os dados disponíveis no Portal eletrônico do STJ, os dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente quanto à A3P e o conjunto de normas da legislação ambiental brasileira.

Os dados a respeito dos indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do PLS foram coletados diretamente do plano. Os dados analisados são os que indicam o diagnóstico dos anos anteriores (de 2009 a 2015) e os indicadores e metas para o período de 2015 a 2020, explícitos no próprio PLS.

A fim de atingir o objetivo específico de verificar a execução das ações que visam ao alcance das metas do PLS no âmbito do STJ, foram consultadas as informações veiculadas na plataforma da Intranet do órgão, bem como outros dados

divulgados via Internet. Nesse trabalho acadêmico predominaram, portanto, os procedimentos técnicos de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica (FERRÃO, 2003, p. 61). Embora presentes os dados secundários pertinentes aos indicadores e metas do plano objeto desse estudo, predominou nesse trabalho a pesquisa qualitativa. (MICHEL, 2009).

### 3 PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

O Plano de Logística Sustentável é formado por um conjunto de ferramentas de planejamento, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite a cada órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

De acordo com o PLS, os órgãos devem estabelecer um processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações – desde a etapa do fornecimento à fase de desfazimento – considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado. Além disso, o plano lança aos gestores dos órgãos públicos participantes o desafio de integrar os aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável nos processos de trabalho, sobretudo nas contratações públicas.

A atividade pública envolve um grande número de contratações e aquisições que, somadas, representam um importante segmento da economia. Sob o aspecto econômico, a introdução de práticas de sustentabilidade e de medidas para a redução do desperdício visa à melhoria do gasto público. Medidas com ênfase econômica continuam sendo de mais fácil implementação (MACHADO, 2002, p. 26). Entretanto, medidas com enfoque nas questões ambientais – como a responsabilização dos órgãos públicos pela etapa de desfazimento dos materiais e embalagens utilizadas – fazem parte, cada vez mais, de projetos e planos dessa natureza.

Após a edição do Decreto n. 7.746/2012 e da I.N./MPOG n. 10/2012, em que o Plano de Logística Sustentável foi primeiramente regulamentado de forma ampla na esfera da administração pública federal, os órgãos do Poder Judiciário instituíram seus próprios planos, após a normatização publicada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme veremos na próxima seção.



### 3.1 No Poder Judiciário

O Poder Judiciário, considerando a influência do poder público na atividade econômica do país, especialmente por meio das contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades e à prestação de serviços públicos, deu início a uma série de ações, regulamentadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com vistas à responsabilidade socioambiental na esfera de atuação do Judiciário. O PLS está compreendido no contexto dessas ações.

A implantação do Plano de Logística Sustentável no âmbito do Poder Judiciário é uma determinação do CNJ, por meio da Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015. A Resolução determina a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social pelos órgãos e conselhos do Poder Judiciário.

Essa resolução estabeleceu a criação, nos tribunais de todo o país, de unidades socioambientais que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais e bens públicos, bem como a redução do impacto negativo de suas atividades no meio ambiente, com prazo de 120 dias para seu cumprimento, o que significa a implantação dos núcleos socioambientais até o dia 09 de julho de 2015.

Anteriormente à publicação da Resolução CNJ n. 201/2015, o órgão de controle administrativo e orçamentário do Poder Judiciário já havia editado a Recomendação CNJ n. 11/2007, que recomendava aos tribunais que adotassem políticas públicas visando à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado. Essa recomendação, de forma precursora, propôs aos órgãos do Poder Judiciário que instituísem comissões ambientais para o planejamento, elaboração e acompanhamento de medidas, com fixação de metas anuais, visando à correta preservação e recuperação do meio ambiente. A recomendação, no entanto, não possui a mesma força normativa da Resolução CNJ n. 201/2015, que estabeleceu prazo para a criação de unidades socioambientais.

A Resolução CNJ n. 201/2015, além da criação de núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário, determina também a implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ). Entre os desafios impostos pela Resolução, no âmbito do Poder Judiciário, estão:

- A adequada gestão dos resíduos gerados;
- O uso sustentável de recursos naturais e bens públicos;
- A promoção das contratações sustentáveis.

O art. 10 dessa Resolução esclarece que:

O PLS-PJ é instrumento vinculado ao planejamento estratégico do Poder Judiciário, com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.

O PLS, elaborado em cada órgão do Poder Judiciário, deve incluir, pelo menos, o relatório consolidado do inventário de bens e materiais do órgão, com a identificação dos itens nos quais foram inseridos critérios de sustentabilidade quando de sua aquisição; práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços adotadas na instituição; indicação dos gestores responsáveis, da metodologia de implementação, avaliação do plano e monitoramento dos dados utilizada; e ações de divulgação, sensibilização e capacitação realizadas.

A resolução também aponta quais são os indicadores mínimos para avaliação do desempenho ambiental e econômico do PLS-PJ. Agrupados por assunto, os indicadores se subdividem em:

- I. Materiais de Consumo (papel, copos descartáveis e água engarrafada);
- II. Impressão de documentos e equipamentos instalados;
- III. Energia Elétrica;
- IV. Água e esgoto;
- V. Gestão de resíduos;
- VI. Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- VII. Telefonia;
- VIII. Vigilância;

- IX. Limpeza;
- X. Combustível;
- XI. Veículos;
- XII. Layout (valor gasto com reformas nas unidades);
- XIII. Capacitação de servidores em educação socioambiental.

O PLS-PJ se desdobra em planos de ação para cada tema abrangido pelas práticas de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente de materiais e serviços. Os planos de ação devem indicar o objetivo do plano, o detalhamento de implementação das ações, as unidades e áreas envolvidas na implementação de cada ação e respectivos responsáveis, as metas a serem alcançadas e o cronograma de implementação das ações. Além disso, deve conter a previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários para a implementação das ações.

As metas estabelecidas pelo PLS e demais planos de ação têm por base o diagnóstico da situação atual – e o histórico de consumo e gasto, se houver – além dos indicadores mínimos propostos pela Resolução CNJ n. 201/2015.

### **3.2 No Superior Tribunal de Justiça**

No Superior Tribunal de Justiça, já havia um núcleo socioambiental estabelecido quando a Resolução CNJ n. 201/2015 foi editada. Atuante, a antiga Coordenadoria de Gestão Socioambiental passou ao *status* de Assessoria, vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência do órgão.

Muitos projetos de cunho ambiental haviam sido executados no período que antecedeu à publicação da Resolução CNJ n. 201/2015, inclusive com a utilização de indicadores ambientais similares aos propostos na resolução. Toda essa *expertise* conferiu à Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) e ao Comitê Gestor do PLS agilidade na implantação do plano, concretizado pela Resolução STJ n. 17/2015.

O Plano de Logística Sustentável é um instrumento de gestão vinculado ao planejamento estratégico do STJ, com definição de objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação. O PLS-STJ possibilita o estabelecimento e a avaliação de práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade do gasto público, além da melhoria da gestão dos processos de trabalho.

O plano foi construído coletivamente, considerando a visão sistêmica do órgão, ou seja, todas as unidades da organização foram consideradas e puderam interagir, sugerindo ações que compõem o plano de ação, as respectivas metas e estratégias de atuação para as áreas temáticas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. As metas foram propostas pelas áreas gestoras, definidas com base em tendências de comportamento a partir de diagnósticos das séries históricas de consumo, já mapeadas pelo órgão.

Espera-se que a parceria entre as unidades do tribunal, estimulada pela metodologia de elaboração do PLS e pelas estratégias definidas no plano de ação, resultem em ganhos como a melhoria na comunicação, o combate ao retrabalho, a divulgação e a multiplicação de boas práticas, tanto interna quanto externamente. Ações como a sugerida pela Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ), de implementação do mandado judicial eletrônico, resultam em economia significativa no consumo de papel e número de impressões, impactando positivamente nos indicadores ambientais e econômicos.

O PLS-STJ já é uma referência entre outros órgãos do Poder Judiciário e dos demais Poderes da União e sua metodologia de elaboração vem sendo replicada. Segundo Machado (2002, p.8), é um grande desafio promover a mobilização e o envolvimento dos servidores públicos na mudança do modelo de desenvolvimento. A participação das unidades envolvidas é fundamental para a construção de metas tangíveis que resultem numa administração pública cada vez mais eficiente e racional.

### **3.2.1 Ações sustentáveis empreendidas no Superior Tribunal de Justiça:**

Anteriormente à implantação do PLS no tribunal, outras ações sustentáveis já haviam sido incluídas à rotina da instituição. O Programa de Responsabilidade Socioambiental do STJ foi criado em 2008 com o objetivo de

contribuir para a preservação do meio ambiente e para a promoção da boa prática social (Portaria STJ n. 426/2008). Dentre os desdobramentos do programa estão as ações educativas para sensibilizar servidores, prestadores de serviços e visitantes quanto à gestão adequada dos resíduos gerados, o incentivo ao combate de todas as formas de desperdício dos recursos naturais e a inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações de serviços. Foi no escopo do PRSA que surgiu a iniciativa Consumo Consciente – premiada posteriormente no 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”, concedido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O STJ possui um trabalho consolidado de gestão de resíduos sólidos que consiste na conscientização sobre a importância da coleta seletiva e doação do material reciclável para cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em consonância com o Decreto nº 5.940/2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

A Assessoria de Gestão Socioambiental realiza, ainda, campanhas específicas de gestão de resíduos voltadas ao corpo funcional, como a campanha Ecotônico, que recolhe resíduos eletrônicos; o Projeto Biguá, em parceria com a Caesb, que coleta óleo de cozinha usado; o papa-cartões, que recolhe cartões de PVC. Também integram esse grupo de ações a campanha Semanas de Descarte, cujo objetivo é sensibilizar quanto ao consumo consciente e planejamento racional de materiais e o STJ Reutiliza – ação voltada ao reaproveitamento de material inservível ou não reciclável para a produção de novos produtos ou insumos.

Todos os processos de compras e aquisições do STJ são analisados pela AGS em parceria com as unidades administrativas, desde a avaliação da necessidade da compra, passando pela revisão dos projetos básicos e termos de referência e análise do tipo de material utilizado nos bens com eventual sugestão de melhores opções disponíveis no mercado, até a destinação dos resíduos pela empresa contratada. Esse procedimento é de fundamental importância quando se percebe que o governo é um grande consumidor de insumos e materiais (MACHADO, 2002).

Como parte dos esforços de sensibilização e capacitação, e ainda como ferramenta de disseminação de boas práticas socioambientais, o STJ, por meio da AGS, realiza uma série de eventos sobre a temática socioambiental, visando incentivar a participação individual e coletiva na preservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais e bens públicos e conscientizar o corpo funcional sobre a importância da adoção de práticas sustentáveis.

O STJ também aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério do Desenvolvimento Social. O objetivo do projeto é estimular o consumo racional de recursos naturais nos órgãos públicos, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na administração pública federal.

Uma das ações idealizadas para melhorar a qualidade do gasto público, empreendida no escopo do PLS, foi a criação do Curso de Elaboração Consciente de Pedido de Material. Nos primeiros cinco meses de 2016, as unidades que participaram do treinamento conseguiram reduzir, em média, 56% do consumo de materiais, considerando o mesmo período no ano anterior. A projeção desta redução no consumo total para este ano é de meio milhão de reais. Esse tipo de projeto favorece a mudança da cultura institucional, uma vez que visa despertar a consciência do corpo funcional do órgão para o desperdício (MACHADO, 2002, p. 71).

**3.2.2** Indicadores para avaliação de desempenho ambiental e econômico do Plano de Logística Sustentável:

Os indicadores eleitos para integrar o PLS-STJ seguem as diretrizes apontadas na Resolução CNJ n. 201/2015. As metas de economia e uso racional dos recursos foram estabelecidas para o período de 2015 a 2020, uma vez que o PLS está alinhado ao plano estratégico do órgão definido para esse período – denominado Plano STJ 2020.

Fundamental para o estabelecimento das metas, o diagnóstico – que apresenta o histórico de consumo e gasto dos itens que compõem o indicador – serve de base para as projeções de consumo e gasto nos próximos anos. Os indicadores utilizados para o diagnóstico e para as metas foram: papel, copos

descartáveis, garrafas de água de 500 ml, garrafões de água de 20 litros, impressão (nos segmentos devolução de impressoras e economia com base no gasto por impressora), energia elétrica, água encanada e esgoto, gestão de resíduos, telefonia fixa e VoIP, telefonia móvel, limpeza, vigilância, combustíveis, veículos, qualidade de vida no ambiente de trabalho e capacitação em educação socioambiental.

Conforme o PLS, o papel é um dos itens de almoxarifado que mede a interatividade do corpo funcional com os sistemas digitalizados de processos de trabalho. Desde a implantação do processo digital, o consumo de papel tem se comportado de forma regressiva. A comparação dos dados de 2009 a 2014 permite verificar uma redução de mais de 50% no consumo de papel. Esse item impacta diretamente na impressão e no contrato de *outsourcing*. O uso de impressoras por meio dessa modalidade de contrato permite ao tribunal devolver as impressoras subutilizadas e minimizar desperdícios com a troca de impressoras obsoletas por novas e com o estoque de cartuchos de tinta inadequados.

A meta estipulada para o item papel é de 10% de redução até 2020. Estima-se economizar, de 2014 a 2020, a quantia de R\$ 89.735,59. Quanto às impressões, a estimativa de economia, para o mesmo período, é de R\$ 93.238,71. Isso porque, considerando os benefícios gerados pelo processo virtual e a análise do grau de ociosidade dos equipamentos instalados, a meta definida para a redução de gastos é de 5,5% até 2020. Também há metas para a redução no quantitativo de equipamentos locados e para a impressão de documentos: pretende-se reduzir em 25% o número de impressoras e em 4,5% ao ano o número de impressões por computador, tendo como linha base o ano de 2014. Em números absolutos, isso representa devolver 291 impressoras e reduzir as impressões a 194 por computador ao final do ano de 2020.

Outra linha de frente do uso racional de recursos é a forma de consumo de água potável. Em 2009, foram consumidas 590.352 garrafas de 500 ml de água, com um gasto de R\$ 217.428,84. O impacto do consumo de água em garrafas plásticas de 500 ml é financeiro e ambiental. Além da grande produção de resíduos, 30% dessas garrafas costumam ser descartadas contendo ainda 1/3 de água potável em seu interior e o valor do litro de água na garrafa de 500 ml é 343% mais caro que o litro da água do garrafão de 20 litros. De 2009 a 2014 houve uma redução de 70% no consumo desse item. A meta de redução de garrafas de água de

500 ml foi fixada em 10% anualmente. A diminuição do consumo das garrafas de 500 ml resulta naturalmente em um aumento do consumo dos garrafões de 20 litros. Estima-se o aumento de consumo em 1.535 unidades até 2020, tomando por linha base o ano de 2014.

Dentre os materiais de consumo, o copo de plástico descartável é um dos mais simbólicos. Mensurar a redução do uso de copos descartáveis é importante devido ao seu significativo, constante e evitável impacto ambiental. Para cada copo de plástico produzido são necessários 3 litros de água, enquanto que para lavar um copo de vidro são necessários apenas 300 ml de água. Como consequência das campanhas de conscientização, vários setores passaram a adotar copos e xícaras laváveis e reutilizáveis. A meta é reduzir o consumo de copos descartáveis em 4% ao ano, com uma economia estimada de R\$ 19.943,96.

Quanto à energia elétrica, o STJ tem um histórico recente de aumento no consumo e gasto. Houve um aumento de 4,84% no consumo de kW/h e de valores gastos com energia elétrica entre 2011 e 2014. É necessário adotar medidas de eficiência energética para a redução do consumo em face dos impactos ambientais e constantes aumentos do valor da energia. Planeja-se adotar medidas como a substituição de luminárias e holofotes por dispositivos LED, gerando uma redução estimada de 2,8% e a economia de R\$ 139.102,09 ao final do período analisado. Além disso, as campanhas de consumo consciente junto ao corpo funcional são de fundamental importância para a economia desse tipo de insumo e para o desenvolvimento de um novo modelo de cultura institucional.

A gestão de resíduos gerados pelo órgão como subproduto dos serviços prestados à sociedade já vem sendo feita nos últimos anos. A meta é ampliar para 90% a destinação de resíduos à reciclagem, até 2020. Para isso é necessário consumir menos, aperfeiçoar o descarte, a coleta, a pesagem e o encaminhamento de resíduos, em um ciclo fechado eficiente. Atualmente, todos os resíduos que são descartados de forma correta são encaminhados à cooperativa habilitada para destinação final à reciclagem. Para os itens água e esgoto, a meta de redução foi estipulada em 1%, ao ano até 2020, ano em que se espera ter alcançado a economia de R\$ 76.009,47.

As metas relativas aos indicadores de limpeza e vigilância visam manter os gastos atuais, considerando como linha base os gastos efetuados em 2014. No



PLS-STJ, não foi apresentado o histórico de gastos dos anos anteriores para esses itens. Quanto ao contrato do serviço de limpeza, segundo o plano, faz-se necessário um estudo atualizado de produtividade para aferição da quantidade necessária de postos trabalhos para o STJ. Em 2014, os postos de trabalho de vigilância já haviam sido reduzidos de 175 para 160.

As metas pertinentes aos veículos são manter a mesma quantidade de veículos existente atualmente (161) e manter os valores gastos em manutenção – R\$ 5.081,00 por veículo ao ano. Em 2016, o STJ leiloou 13 veículos que estavam em desuso como medida de gestão da frota. No final do ano anterior, 8 veículos novos haviam sido adquiridos para uso em representação oficial. A meta que trata dos combustíveis propõe a redução do consumo em litros em 5% até 2020. Para isso, poderão ser adotadas medidas como revisão de rotas, adoção de aglutinamento de chamados, definição de postos de saída, planejamento de pedidos e controle e monitoramento informatizado de saída de veículos. A economia estimada é de R\$ 8.990,00 em 7 anos.

Os indicadores de telefonia mostram uma queda nos gastos com telefonia fixa e um aumento de gastos com telefonia móvel, no período de 2010 a 2014. Isso se deve à implantação de da tecnologia VoIP – *Voice over Internet Protocol* (voz sobre protocolo de internet) e à intensificação do uso das tecnologias vinculadas aos aparelhos do tipo *smartphone*. No período analisado, os gastos do STJ com telefonia fixa apresentaram uma redução de 77,41%. A meta de redução de gastos para esse segmento foi fixada em 1% ao ano. Quanto à telefonia móvel, propôs-se manter o gasto nos atuais R\$ 2.873,91 por linha, ao ano, até que novas ações que impliquem em redução no consumo sejam implantadas.

O indicador denominado qualidade de vida no ambiente de trabalho diz respeito ao número de pessoas atendidas por ações de qualidade de vida, por exemplo, ações como a criação de bicicletário e vestiários exclusivos para ciclistas, pesquisas de clima organizacional, ações preventivas de saúde, incentivo ao teletrabalho e prática de atividades físicas. O benefício esperado é o impacto positivo na produtividade, diminuição do nível de absenteísmo e aumento do nível de motivação do corpo funcional. A meta é ampliar em 5% ao ano o número de pessoas atendidas, chegando a 2.552 pessoas contempladas por essas ações no ano de 2020.

Por fim, o indicador capacitação em educação socioambiental tem como meta a ampliação do número de pessoas capacitadas para 30% até 2020. Esse indicador tem por base o total de servidores ativos, sem vínculo, estagiários e terceirizados do STJ. As ações de capacitação incluem curso EaD em Gestão Socioambiental, ambientação de novos servidores e estagiários, campanhas de Consumo Consciente em gabinetes e demais unidades, cursos para terceirizados como Inclusão Digital, EJA (educação para jovens e adultos) e Alfabetização, além de eventos internos promovido pelo órgão.

### **3.2.3 Estudo de caso: o 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”:**

O Superior Tribunal de Justiça foi o vencedor do 5º Prêmio “Melhores Práticas de Sustentabilidade”, na categoria Inovação na Gestão Pública com a iniciativa “Consumo consciente – gestão mais racional”. O Prêmio é concedido pelo Ministério do Meio Ambiente, no escopo da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa de gestão socioambiental da administração pública. Trata-se de um programa de adesão voluntária disponível aos órgãos e instituições das três esferas de poder e dos três níveis de governo. A A3P tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades regimentais, que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Os indicadores da A3P avaliam a implementação dos cinco eixos temáticos do Programa A3P. Os eixos temáticos são:

- Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos;
- Gestão Adequada dos Resíduos Gerados;
- Licitações Sustentáveis;
- Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Sensibilização e Capacitação.

Os indicadores da A3P são úteis aos órgãos e instituições parceiros que desejarem constituir uma série histórica de consumo, bem como estabelecer metas de utilização de recursos com fundamento nos princípios do Programa.

O Prêmio "Melhores Práticas de Sustentabilidade" tem por finalidade reconhecer o mérito das iniciativas dos órgãos e instituições do Setor Público na promoção e na prática da A3P. A categoria "Inovação na Gestão Pública" contempla iniciativas inovadoras que incorporam princípios e ações de sustentabilidade e que produzem resultados socioambientais positivos para o serviço público e para a sociedade.

A iniciativa intitulada "Consumo Consciente – Gestão mais racional" desenvolvida no STJ foi composta por 3 etapas. A primeira, dizia respeito à análise de dados de consumo de água, energia elétrica e materiais de escritório. A segunda etapa foi informar aos gestores das unidades analisadas sobre o consumo identificado. Por fim, a última etapa incluía a sensibilização do corpo funcional por meio de campanha de conscientização e de palestras nas unidades.

A campanha, realizada em conjunto com a virtualização dos processos e com o *outsourcing* de impressoras, resultou numa economia de mais de R\$ 6 milhões de reais em apenas dois anos de realização, o que trouxe o STJ ao primeiro lugar do 5º Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade da A3P, na categoria "Inovação na Gestão Pública".

## CONCLUSÃO

No presente trabalho, pretendeu-se analisar a implantação do Plano de Logística Sustentável no Superior Tribunal de Justiça. Foi possível constatar que o PLS-STJ atingiu o objetivo proposto pelo Conselho Nacional de Justiça quando do estabelecimento do plano, que pretendia que os órgãos do Poder Judiciário atendessem aos requisitos de melhoria da qualidade do gasto público e de construção de um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades desse Poder.

Embora ainda no início da execução, pode-se concluir que o conjunto de programas, projetos e ações executadas no STJ ao longo dos últimos anos e a experiência da equipe envolvida favoreceram o desenvolvimento do PLS de forma célere. O estabelecimento de metas e a definição de estimativas foram facilitados pela existência, no órgão, de séries históricas para vários dos indicadores que compõem o plano. Alguns desses indicadores já vinham sendo acompanhados e monitorados em outros projetos de mesma natureza.

Algumas limitações, entretanto, podem ser percebidas quando se trata de indicadores “não tradicionais”. A inexistência de registros estatísticos para alguns indicadores evidencia a necessidade de revisões posteriores. O monitoramento e a avaliação dos indicadores do PLS, quando forem realizados, provavelmente favorecerão a identificação de oportunidades de melhoria nas áreas temáticas até então não monitoradas.

Vale ressaltar que o PLS se encaixa adequadamente no modelo de gestão pública gerencial, em que prevalecem os valores de eficiência e de desempenho (SECCHI, 2009). Em etapas futuras, seria interessante que o Plano avançasse em direção a um maior envolvimento com a sociedade, em coordenação com parceiros e interessados, além de expandir mecanismos de transparência e de controle social, tendo em vista o modelo relacional de governança pública.

Ainda que o desafio de melhorar a qualidade do gasto público e de construir um novo modelo de cultura institucional permaneça, nota-se a vanguarda do Superior Tribunal de Justiça quando tratamos de sustentabilidade no poder público. A criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental e as adesões

ao A3P e ao Projeto Esplanada Sustentável precederam e favoreceram a implantação do Plano de Logística Sustentável no âmbito do STJ.

## REFERÊNCIAS

**Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/item/8852>. Acesso em 14 nov. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em: 11 mar. 2016.

BRASIL. **Lei n. 6.938/1981**, institui a Política Nacional de Meio Ambiente. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm). Acesso em 23 nov. 2015.

BRASIL. **Lei n. 12.187/2009**, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Disponível em: [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm](HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm). Acesso em 20 jul. 2016.

BRASIL. **Lei n. 12.305/2010**, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm). Acesso em 23 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 5.940/2006**, de 25 de outubro de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm). Acesso em 20 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 7.746/2012**, de 5 de junho de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm). Acesso em 20 jul. 2016.

BRASIL. **Resolução CNJ n. 201**, de 3 de março de 2015. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br///images/atos\\_normativos/resolucao/resolucao\\_201\\_03032015\\_09032015165941.pdf](http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_201_03032015_09032015165941.pdf). Acesso em: 9 mar. 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa/MPOG n. 01**, de 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>. Acesso em 20 jul. 2016.

BRASIL. **Instrução Normativa/MPOG n. 10**, de 12 de novembro de 2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/servidores/campus-verde/instrucao-normativa-10-2012>. Acesso em 20 jul. 2016.

BRASIL. **Resolução STJ/GP n. 17** de 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/96886>. Acesso em: 8 mar. 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 244**, de 6 de junho de 2012. Disponível em: [http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr\\_Intermin\\_244\\_de\\_060612.pdf](http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf) Acesso em 24 nov. 2015.

BRASIL. **Recomendação CNJ n. 11**, de 22 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1215>. Acesso em 20 jul. 2016.

FERRÃO, R. G. **Metodologia científica para iniciantes em pesquisa**. Linhares, ES: Unilinhaires/ Incaper, 2003.

MACHADO, J. G. **Gestão Ambiental na Administração Pública**: a mudança dos padrões de consumo “começa em casa”. 2002. 127f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia** - Tradução da 6ª edição norte-americana, 3a. edição. Cengage Learning Editores, 2014. VitalSource Bookshelf Online. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112739/cfi/215!/4/4@0.00:0.00>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**, 2ª edição. Atlas, 06/2009. VitalSource Bookshelf Online. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522466115/cfi/87!/4/4@0.00:10.3> Acesso em: 02 ago. 2016.

NELISSEN, N.; VAN DER STRAATEN, J.; KLINKERS, L. (Orgs.). **Classics in Environmental Studies**: an overview of classic texts in environmental studies. Utrecht: International Books, 1997.

**Notícias**. Em seminário sobre sustentabilidade, autoridades pregam mudança de paradigma no poder público. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt\\_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/Not%C3%ADcias/Em-semin%C3%A1rio-sobre-sustentabilidade,-autoridades-pregam-mudan%C3%A7a-de-paradigma-no-poder-p%C3%ABlico](http://www.stj.jus.br/sites/STJ/default/pt_BR/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Not%C3%ADcias/Not%C3%ADcias/Em-semin%C3%A1rio-sobre-sustentabilidade,-autoridades-pregam-mudan%C3%A7a-de-paradigma-no-poder-p%C3%ABlico). Acesso em 29 jul. 2016.

**Notícias**. STJ projeta economia de meio milhão de reais em materiais de consumo Disponível em: [https://intrasec.stj.jus.br/SGL/jsps/noticias\\_internas/noticia\\_detalhe.jsp?seq\\_noticia=19593](https://intrasec.stj.jus.br/SGL/jsps/noticias_internas/noticia_detalhe.jsp?seq_noticia=19593). Acesso em 27 jun. 2016.

**Novo Código Florestal**. Disponível em: <http://codigoflorestal.sistemaafaep.org.br/wp-content/uploads/2012/11/novo-codigo-florestal.pdf>. Acesso em 14 nov. 2015.

TAMAIÓ, I. **A Política Pública de Educação Ambiental**: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006). 2007. 176f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SECCHI, L. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, mar/abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>. Acesso em 11 out. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22<sup>a</sup>. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.